



Revista de Administração Pública - RAP

ISSN: 0034-7612

deborah@fgv.br

Escola Brasileira de Administração Pública e
de Empresas

Brasil

Santos, Reginaldo Souza; Ribeiro, Elizabeth Matos; Santos, Thiago Chagas Silva
Bases teórico-metodológicas da administração política
Revista de Administração Pública - RAP, vol. 43, núm. 4, julio-agosto, 2009, pp. 919-941
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241016445008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Bases teórico-metodológicas da administração política*

Reginaldo Souza Santos**
Elizabeth Matos Ribeiro***
Thiago Chagas Silva Santos****

PALAVRAS-CHAVE: administração política; contexto histórico; método e objeto.

KEY WORDS: political administration; historical context; method and object.

Os estudos no campo da administração política, até aqui, estavam avançando mais na direção da análise ou da história das ideias do que na explicitação das definições, dos conceitos, dos enunciados. Contudo, o estágio atual das discussões vem acompanhado de questionamentos sobre a validade de algumas proposições das análises em andamento, que impedem avanços teóricos e analíticos sem a fundação de uma base teórico-metodológica pertinente. Sem dúvida, esta não é uma tarefa fácil, mas é necessário iniciá-la. Este artigo ajuda na edificação da administração política como campo do conhecimento.

Political administration theoretical and methodological framework

Until now political administration studies have advanced in the direction of the analysis or the history of ideas, instead of the establishment of definitions, concepts, enunciations. Nevertheless, the current stage of discussions includes questionings about the validity of some propositions which are obstructing theoretical and analytical advancements without the a theoretical and methodological framework. Although

* Artigo recebido em abr. 2008 e aceito em abr. 2009.

** Professor doutor, titular do Departamento de Finanças e Políticas Públicas e diretor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com mandato até dezembro de 2012. Endereço: Rua Amazonas, 159/204 — Pituba — CEP 41830-380, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: rsouza@ufba.br.

*** Professora adjunta do Departamento de Finanças e Políticas Públicas da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Endereço: Rua Raul Drumond, 294/303 — Edifício Tavares — CEP 40130-150, Salvador, BA, Brasil. E-mail: ematos@ufba.br.

**** Professor substituto da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutorando em ciências sociais pela UFBA. Endereço: Rua Prof. Clovis Veiga, 47/401 — Edifício Terral — CEP 41760-140, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: thiagochagas@hotmail.com.

certainly not easy, this task must be undertaken. This article intends to cooperate in the construction of political administration as a knowledge field.

I

Os estudos para o desenvolvimento epistemológico da administração continuam. Além dos trabalhos originários “Em busca da apreensão de um conceito para a administração política” (*Revista de Administração Pública*, v. 35, n. 5, set./out. 2001) e a coletânea *A administração política como campo do conhecimento* (São Paulo/Salvador: Edições Mandacaru/Hucitec, 2004), as discussões da administração política ficaram mais restritas às salas de aula e aos seminários.¹

Progressos consideráveis foram alcançados nessas discussões (2004-2007), que nos levaram a uma melhor sistematização das ideias centrais e os resultados apareceram com o lançamento do inédito periódico, em parceria com a Editora Hucitec, da *Revista Brasileira de Administração Política* (*Rebap*), em 2008. Os trabalhos que refletem o esforço de avançar a base compreensiva do campo da administração política são “Keynes e a proposta da administração política do capitalismo” (Reginaldo Souza Santos); “Ciências ou ideologia? A constituição do campo da administração política” (Daniel Andrade Caribé); “A administração política e gestão do modo de produção: processos gestoriais, da organização produtiva do trabalho à economia-mundo capitalista” (Rômulo Carvalho Cristaldo e Clara Marinho Pereira); e “Administradores Políticos enquanto classe: um projeto de pesquisa” (Fabrício Santos Moreira). Os autores dos trabalhos “A administração política de Rômulo Almeida: pensar (e viver) o futuro” (Fernando Cardoso Pedrão); e “Administração política e teoria da administração: contribuições históricas de autores brasileiros” (Francisco Correia de Oliveira), embora não tenham origem no núcleo da escola, são aproximações do que estamos fazendo, o que é muito positivo.

O projeto de pesquisa originário pregava que as análises, as evidências empíricas da administração política deveriam ser buscadas depois de melhor

¹ A partir de 2006, o ensino da administração política fica formalizado nos programas de administração da escola (no segundo semestre de 2006, como optativo no curso de graduação e em 2007, também como optativo no eixo acadêmico da pós, mestrado e doutorado); dois seminários, nesse período, foram realizados: 1) I Seminário Nacional de Administração Política – Simpósio Rômulo Almeida, nos dias 31 de março e 1º de abril de 2005 e II Seminário Nacional de Administração Política no dia 10 de outubro de 2008, lançamento da *Revista Brasileira de Administração Política* (*Rebap*).

fincadas as bases teóricas e metodológicas; entretanto, o furor de nossas discussões, em salas de aula e nos encontros, contribuiu para que a ordem cron-hierárquica fosse desconhecida. E, assim, os trabalhos pioneiros da *Rebap* refletem uma preocupação maior com o entendimento de como o capitalismo está sendo administrado. Porém, à medida que avançávamos na compreensão do processo histórico-dialético de como o capitalismo administrava as relações sociais de produção, realização e distribuição, mais sentíamos a imprecisão de alguns conceitos fundamentais — particularmente do significado mais preciso do que seja administração política, qual o seu objeto de estudo nesse campo, o método mais apropriado (embora não signifique que deva ser restringido a apenas um método), os pressupostos, as hipóteses mais relevantes, as leis gerais que dão identificação ao campo da administração política. Enfim, estavam nos faltando as bases teórico-metodológicas que orientassem nossos estudos, a construção de uma epistemologia que nos possibilitasse melhorar o nosso entendimento empírico da trajetória do capitalismo e a proposição de uma administração política que redirecione os resultados do trabalho social, permitindo a cada indivíduo menor jornada para a garantia da sobrevivência, libertando-o, assim, de ter a existência justificada pela luta incessante em garantir a materialidade. Logo, aprofundar a compreensão dos termos e estruturar melhor as bases teórico-metodológicas no campo da administração política são os objetivos principais deste artigo — desde relações hierarquizadas, produtoras de todo o conhecimento.

II

Os filósofos da ciência (a filosofia da ciência) costumam fazer distinção entre o campo teórico (ciência) e o campo aplicado (ação/arte) como se um negasse o outro e não pudessem fazer parte de uma só totalidade para a compreensão plena de um mesmo (e só) sentido. Portanto, o campo puro (do que é e o que tende a ser) e o campo normativo (do que é e o que deve ser) estão interligados — a existência tem que ser compreensiva a partir do sentido (finalidade) da ação humana. Assim, a nossa compreensão da ciência engloba a parte que observa, que expõe e que explica (considerado o lado puro, científico) bem como a parte empírica, aplicada, normativa ou artística (que aconselha, que prescreve, que dirige). Só assim, o conhecimento pode ser libertador do homem: desde relações hierarquizadas, produtoras de todo o sofrimento, até as que levam à fadiga, à ânsia, à miséria e à fome.

Parece-nos que tal separação fica mais descabida ainda quando se trata do mundo humanístico; particularmente, daquele que é voltado para o campo da produção, como o campo da administração, o da economia, o do direito e o das finanças e atuariais. Entre eles, certamente os estudos no campo econômico já estão mais avançados, pelo menos desde a segunda metade do século XVIII, embora contornos mais definidos fossem notados no último quartel do século XIX, com a introdução da matemática nos estudos econômicos.²

Adam Smith é aceito por todas as leituras como o demarcador do novo campo do conhecimento, no âmbito dos estudos sociais, fundador da economia política. Entretanto, alguns autores, particularmente León Walras (1988), dizem que a sua definição de economia política não está enquadrada no campo de uma ciência propriamente dita; pois mais aconselha, prescreve e dirige (normaliza) do que observa, expõe e explica (positiva):

considerada um ramo dos conhecimentos do legislador e do homem de Estado, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, o de propiciar ao povo um rendimento ou uma subsistência abundante, ou, mais adequadamente, de colocá-lo em condição de adquirir por si próprio esse rendimento ou essa subsistência abundante; o segundo objeto consiste em fornecer ao Estado ou à comunidade um rendimento suficiente para o serviço público: ela se propõe enriquecer simultaneamente o povo e o soberano.

E segue Walras (1988) em sua análise critica à definição de Adam Smith:

Dessa maneira, é preciso afirmá-lo: a economia política é coisa diferente do que Smith diz. Antes de pensar em propiciar ao povo um rendimento abundante e antes de ocupar-se em fornecer ao Estado um rendimento suficiente, o economista busca e descobre verdades científicas. Assim age quando enuncia, por exemplo, que o valor das coisas tende a aumentar quando a quantidade procurada aumenta ou quando a quantidade oferecida diminui e que esse valor tende a diminuir nos dois casos contrários; que o imposto lançado sobre a renda fundiária fica inteiramente a cargo do proprietário das terras, sem afetar os preços dos gêneros. Em todos esses casos e em muitos outros o economista faz ciência pura. O próprio Adam Smith o fez. Seus discípulos, Malthus e Ricardo,

² É importante compreender essa discussão de ciência na economia porque é por meio dela que derivam as preocupações com a administração dos negócios e da gestão das relações sociais de produção e distribuição.

o primeiro em *Ensaio sobre o princípio de população* (1798), e o segundo, em *Princípios da economia política e do imposto* (1817), fizeram-na ainda mais. A definição de A. Smith é, pois, incompleta, porque deixa de assinalar o objeto da economia política considerada uma ciência propriamente dita. Com efeito, dizer que a economia política tem como objeto propiciar ao povo um rendimento abundante e fornecer ao Estado um rendimento suficiente é como dizer que a geometria tem como objeto construir casas sólidas e que a astronomia tem como objeto navegar pelos mares com segurança. Em uma palavra, é definir a ciência por meio de suas aplicações.

Em seguida, Walras (1988) vai fazer uma discussão com autores contemporâneos acerca da distinção que é imprescindível fazer entre a ciência, a arte e a moral. E finaliza a sua análise das bases teórico-metodológicas da economia política, no capítulo III, a partir da compreensão do valor de troca, afirmando:

O valor de troca é, pois, uma grandeza, e pode-se ver desde agora que é uma grandeza avaliável. E, se as matemáticas em geral têm como objeto o estudo das grandezas desse gênero, é certo que há um ramo das matemáticas, até agora esquecido pelos matemáticos e ainda não elaborado, que é a teoria do valor de troca.

Não digo, e isso é suficientemente sabido, que essa ciência seja toda a economia política. As forças, as velocidades são, elas também, grandezas avaliáveis, e a teoria matemática das forças e das velocidades não é toda a mecânica. Entretanto, é certo que essa mecânica pura deve preceder à mecânica aplicada. Da mesma forma, há uma economia política pura que deve preceder à economia política aplicada, e essa economia política pura é uma ciência em tudo semelhante às ciências físico-matemáticas. Essa asserção é nova e parecerá estranha; mas acabo de prová-la e a provarei ainda melhor em seguida.

Se a economia política pura, ou a teoria do valor de troca e a da troca, isto é, a teoria da riqueza social considerada em si própria, é, como a mecânica, como a hidráulica, uma ciência físico-matemática, ela não deve temer que se empreguem o método e a linguagem das matemáticas.

O método matemático não é o método experimental, é o método racional. As ciências naturais propriamente ditas limitam-se a descrever pura e simplesmente a natureza e não saem da experiência? Deixo aos naturalistas a preocupação de responder a essa pergunta. O certo é que as ciências físico-matemáticas, bem como as ciências matemáticas propriamente ditas saem da experiência desde que lhes tomaram seus tipos. Elas abstraem desses tipos reais, tipos ide-

ais, que definem; e, com base nessas definições, constroem *a priori* todos os andaimes de seus teoremas e de suas demonstrações. Depois disso, retornam à experiência, não para confirmar, mas para aplicar suas conclusões. Qualquer pessoa sabe, por pouco que tenha estudado geometria, que os raios de uma circunferência apenas são iguais entre si, que a soma dos três ângulos de um triângulo apenas é igual à soma de dois ângulos retos, em uma circunferência e em um triângulo abstratos e ideais. A realidade só aproximadamente confirma essas definições e demonstrações; mas delas permite uma aplicação muito rica. Para seguir esse método, a economia política pura deve tomar da experiência tipos de troca, de oferta, de demanda, de mercado, de capitais, de rendas, de serviços produtivos, de produtos. Desses tipos reais deve abstrair, por definição, tipos ideais e raciocinar sobre estes últimos, só retornando à realidade depois da ciência feita e tendo em vista aplicações. Teremos assim, em um mercado ideal, preços ideais que terão uma relação rigorosa com uma demanda e uma oferta ideais. E assim por diante. Essas verdades puras terão uma aplicação frequente? A rigor, seria um direito do sábio fazer a ciência pela ciência, como é um direito do geômetra (e ele o utiliza todos os dias) estudar as mais estranhas propriedades da figura mais bizarra, se elas são curiosas. Mas ver-se-á que essas verdades de economia política pura fornecerão a solução dos mais importantes problemas, dos mais debatidos e dos menos claros, de economia política aplicada e de economia social.

Quanto à linguagem, por que obstinar-se em aplicar tão penosa e tão incorretamente, como muitas vezes o fez Ricardo, como o faz a todo instante John Stuart Mill, em seus princípios de economia política, servindo-se da linguagem usual, coisas que, na linguagem das matemáticas, podem ser enunciadas em muito menos palavras e de maneira bem mais exata e bem mais clara?

A despeito de se louvar o esforço intelectual de Walras (1988) em buscar demonstrar o caráter de ciência da economia, é evidente que o estudo científico não pode ser desprovido de algum propósito, alguma finalidade; assim, qualquer campo do conhecimento possui dimensões científicas (positiva, a verdade pura), aplicada (normatização da aplicação dos novos conhecimentos) e moral (avaliação do que está sendo aplicado dos recursos, do bem-estar à humanidade). Em resumo, o esforço intelectual só ganha sentido revelado pelo significado da existência, se tiver abrangência compreensiva, dimensão de totalidade — esta noção é encontrada na obra de Adam Smith e pouco percebida por Walras.

Porém, há algo muito importante além dessas concepções enunciadas que está evidente, mas não devidamente percebido em toda a obra dos prin-

cipais economistas políticos, notadamente aqueles que integram a escola clássica: o que se atribui como não científico da economia, na verdade pertence a um novo campo do conhecimento, a administração política.

E a definição em epígrafe de economia política de Adam Smith, e que Léon Walras diz não estar no campo puro da economia política, dá conta dos meios para a provisão de uma materialidade para a sociedade. Como percebemos, criar os meios é administrar as possibilidades de provisão, é fazer a melhor gestão das possibilidades de produção, realização e distribuição para elevar a materialidade social.

Apesar de não se complementarem na produção de um conhecimento voltado para o entendimento do processo de trabalho que se estabelece na relação transformadora entre homem e natureza, as preocupações com melhor organização, racionalidade e produtividade do trabalho decorrem do redirecionamento do trabalho acadêmico dos economistas políticos para os estudos microeconômicos. Com isso, parte dos estudos da economia política deve ser referida à administração política. Dado que compreendemos a administração política como a “gestão das relações de produção e distribuição”. Hoje, a definição de Adam Smith seria a base aplicada, normativa, provisional desse campo científico. Por sua vez, os estudos administrativos nunca ambicionaram ou se deram conta dessa dimensão política. A sua origem e todo o seu desenvolvimento estiveram sempre vinculados a preocupações relacionadas à organização, à racionalidade e à produtividade do trabalho, criando técnicas, cada vez mais refinadas, para aumentar o seu rendimento.

Em verdade, visitando a história da análise administrativa, vê-se, claramente, que a administração nunca desenvolveu um esforço intelectual para criar bases epistemológicas que pudessem colocá-la como campo científico. A administração, nos últimos 140 anos, se contentou em ser auxiliar e subordinada do que se pensava ser a economia. Por essa regra, a administração tem sido, até aqui, um campo meramente profissional e não especulativo. Nesse sentido, o ponto de partida da história da análise administrativa tem que ser o instante em que os estudos da economia política estão direcionados para uma base mais experimental, mais microeconômica. De acordo com Santos (2004):

os estudos e práticas da administração profissional nascem com o advento da Escola Neoclássica da economia, que surge com a crise do capitalismo do último quartel do século XIX e início do século XX, através do pensamento e obra de autores como William Petty, León Walras, Alfred Marshall, Arthur Cecil Pigou, entre outros, que construíram os fundamentos da microeconomia. Com as mu-

danças na organização do capitalismo, ocorrida ao longo do século XIX, com o aparecimento de mercados imperfeitos, mediante estruturas oligopólicas e monopólicas, a tradição clássica, mais voltada para o estudo da economia política do desenvolvimento, praticamente, dá lugar ao estudo do comportamento das unidades de produção e consumo, representadas pelos indivíduos, famílias e empresas. Este é o momento em que a lógica do valor trabalho é orientadamente substituída pela lógica do valor utilidade, fundada na racionalidade da alocação dos fatores econômicos e na soberania do consumidor. Então, surge a economia pura baseada no método dedutivo e do positivismo científico, abandonando-se, assim, toda e qualquer subjetividade na análise dos aspectos econômicos, ou seja, de qualquer juízo de valor ou conotação ética.

É nesse ambiente intelectual que surgem os primeiros estudos da administração como campo auxiliar do novo ramo da ciência econômica, que parece fundamentar-se conceitualmente com Max Weber (a partir da sua compreensão de tipos ideais e, fundamentalmente, da ordem administrativa e da ordem reguladora, do conceito de gestão econômica, orientação econômica da ação e, principalmente, aquilo que chamou de medidas típicas da gestão econômica racional) e se instrumentaliza de forma definitiva com Frederick Winslow Taylor, quando escreve a sua imortal obra *Princípios da administração científica* (1911). Desse momento em diante, ainda que a análise administrativa incorporasse ao seu repertório conceitos de cultura, valor e ética, a administração nunca perdeu de vista a sua racionalidade instrumental no âmbito das organizações. Particularmente as voltadas para o mercado capitalista desenvolveram técnicas cada vez mais elaboradas para a alienação e o aprisionamento do trabalhador aos requisitos do aumento da produtividade e à fidelidade à organização, ao seu patrão, em última instância.

Esse é o atual *status* da administração. Daqui em diante, resta saber se é possível a administração do processo de produção da riqueza social ser enunciada como um campo do conhecimento científico. Para tanto, é necessária a identificação dos elementos caracterizadores, a exemplo do objeto e do método.

III

Como a pretensão da administração, mais precisamente da administração política, é ser um campo de conhecimento (produzido historicamente), dotado de finalidade e objetividade que permitem a sua transmissão, e que está estru-

rado através de método, teorias e linguagens próprias, que visa compreender e orientar as atividades humanas; então é preciso, antes de tudo, conhecerem-se as bases teórico-metodológicas e seu plano de trabalho.

Esse é o desafio intelectual a ser enfrentado nesta seção, com o propósito de construir um caminho de aproximação de sua episteme.

Antes de iniciarmos a tarefa principal, é preciso dizer que, do ponto de vista do enquadramento científico, a administração é um campo do conhecimento sem uma identidade própria, seja porque os estudiosos têm dado pouca importância ao trabalho de investigação de base epistemológica; seja porque, quando alguma importância é dada a estudos dessa natureza, é de forma equivocada, principalmente, no que diz respeito ao seu objeto. Ao longo de um século de estudos administrativos, o pouco que se falava em teoria da administração vem sendo abandonado, pouco a pouco (até mesmo com a titulação de disciplinas nos currículos de administração), e substituído por denominações do tipo “teoria das organizações”, “ciência das organizações” etc. Com isso, induz-se, de forma indireta, que o objeto da administração, no que tange ao campo do conhecimento, é a organização.

Por conta dessa impropriedade metodológica, hoje, a grande dificuldade do estudante da disciplina é estar diante do objeto próprio dela. Assim, trabalhar um campo disciplinar sem ter clareza do objeto restringe o propósito, anuvia a objetividade da investigação, o que faz com que esse saber seja destituído de finalidades e de mercado, por incertezas em relação às suas conclusões.

Para eliminar, ou, ao menos, corrigir essa imprecisão, o ponto de partida é fazer a definição dos termos relevantes, antes de questionar e dar melhor compreensão aos elementos (objeto, método, pressuposto/hipótese etc.) e revelar um plano de trabalho mínimo para o nosso futuro.

Assim, a pergunta primeira é: o que é administração? Etimologicamente, o que significa o termo administração? Segundo Aurélio, o vocábulo administração tem origem no latim *administratione* e significa governo, regência, que se manifesta mediante um conjunto de princípios, normas e funções que têm por fim ordenar a estrutura e funcionamento de uma organização (órgão público, empresa etc.). Pode-se incluir, também, nessa compreensão de organização, as amplas relações sociais de produção e distribuição.

Para uma melhor compreensão do significado da palavra administração é necessário separar os seus termos: o prefixo “ad” quer dizer para (próximo de, aproximar, abeirar, chegar) enquanto o núcleo (verbo) “ministrar” quer dizer conduzir, dar, fornecer. Então, dando unidade de significado aos termos separados podemos chegar a uma definição da expressão administração mais

próxima dos propósitos deste artigo — administração quer dizer transformar, conduzir para..., direção de...

Logo, a expressão administração ou a disciplina administração (estamos querendo compreendê-la como um campo de conhecimento próprio) deve ter uma compreensão mais estendida, a partir de duas dimensões de análises: a) dimensão abstrata; e b) a dimensão aplicada. Cada uma delas tem duas subdimensões. Uma é entender o significado do gestor, da gestão — que serão atos ou efeitos de “conceber”, de “gerar”, de “desenvolver-se” — enfim, trata-se da gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição em qualquer contexto e momento histórico do processo civilizatório da humanidade: base política da dimensão abstrata da administração. Outra é o entendimento do que seja gerenciar, gerência — trata-se do lugar onde se exerce ou executa as funções (os processos, a engenharia, enfim) das relações sociais de produção e distribuição, também, em qualquer contexto e momento histórico do processo civilizatório. Com isso, impõe-se de forma clara uma distinção entre gestão (concepção) e gerência (execução): base profissional da dimensão abstrata da administração.

A dimensão aplicada compreende os atos de conceber, de gestar e de desenvolver as relações sociais de produção, realização e distribuição concretas em diferentes contextos e momentos históricos do processo civilizatório — a administração política do povo inca, do feudalismo, do capitalismo (na fase concorrencial, durante a crise dos anos 1930 etc.) e de outras formações sociais; podemos até falar de uma administração política da natureza em seu estado organizado, sem a transformação patrocinada pelo homem.

Numa dimensão aplicada micro, temos a administração profissional (gerência), que significa a “maneira de fazer”, o “processo de fazer” — a engenharia de produção em todos os sentidos.

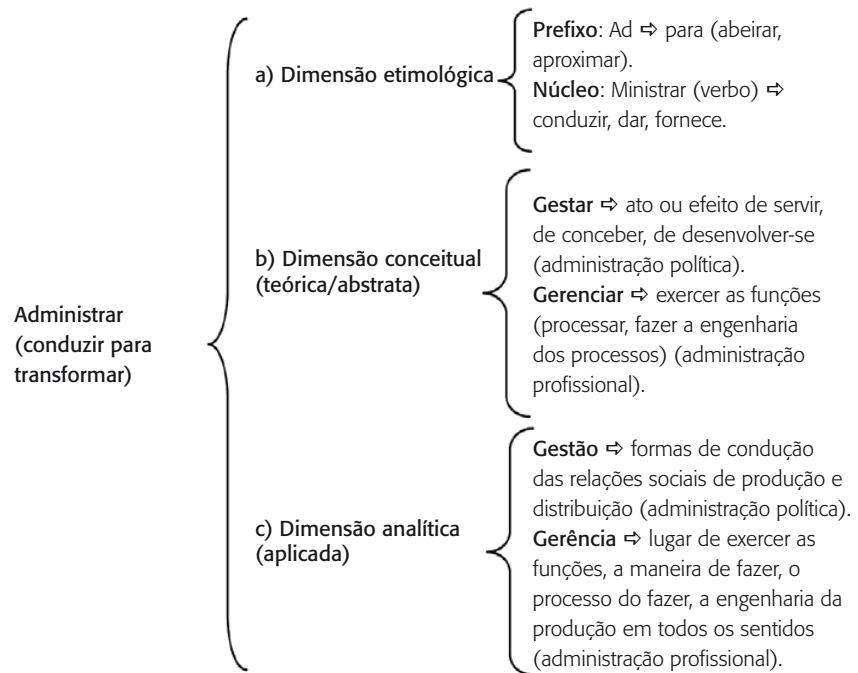
As definições e relações explicitadas acima podem ser expressas no diagrama da estrutura etimológica e conceitual da administração política (a seguir).

Essas definições nos ajudam a analisar as possibilidades para conceituar, compreender e demarcar a administração como um campo autônomo do conhecimento. E começamos esse trabalho por aquilo que é central para a caracterização ou não de um campo do conhecimento: o objeto.

Essa discussão epistemológica no campo da administração é quase inexistente e tão pobre que, quando se pergunta a um especialista qual o objeto da administração, quando não fica surpreso com o questionamento, responde que é a organização, não havendo outra hipótese. O administrador toma como verdadeiro objeto da administração a organização, porque é nela que o profissional desse campo, de posse dos instrumentos apropriados de outros

campos do conhecimento, tem a incumbência de estudá-la e geri-la de acordo com seus propósitos.

Diagrama da estrutura etimológica e conceitual da administração política



É exatamente nesse ponto que existe a impropriedade metodológica — da qual já falamos — visto que, em primeiro lugar, as organizações/instituições, como expressões das relações sociais, constituem objetos de estudos de diferentes campos do conhecimento. Em segundo lugar, como a nossa discussão presente é fundamentalmente epistemológica, porque se trata da tentativa de apreensão do objeto e do método de um dado campo do conhecimento — temos de fazer a diferenciação importante da noção (compreensão) do objeto e do campo específico do conhecimento (e dele se pode dizer que é inalienável) daquela noção de objeto de um estudo ou de uma pesquisa específica.

Falar de organizações/instituições é uma aproximação apenas necessária para a definição do objeto da administração, ainda assim insuficiente, porque restrita. Embora as organizações/instituições sejam o gênero que contém elementos essenciais do objeto da disciplina administração, elas são espaços

particulares, onde apenas habita o objeto. A essência perpassa o espectro das relações sociais internas das organizações e se estabelece nos limites das relações sociais mais amplas; portanto, no âmbito da sociedade.

Essa diferenciação é fundamental, pois nos permite entender por que as organizações não são o objeto da ciência da administração. O estresse no trabalho, por exemplo, é um problema no âmbito das organizações, o seu equacionamento não se faz pela administração, mas sim pelas ciências médicas ou psicológicas. Quando falamos de relações sociais nas organizações, a administração não é o campo do conhecimento mais apropriado para o entendimento e explicação desse fenômeno, mas sim a sociologia. E assim acontece com as relações e estruturas de poder, campo próprio da ciência política, e não da administração. Aspectos relacionados a costumes, hábitos, enfim, à cultura, ficam mais adequadamente compreendidos pela antropologia, e não pela administração. Quando falamos de aspectos técnicos da produção, a engenharia de produção é que deve se preocupar com a sua análise.

E o que cabe, então, à administração? Pura e simplesmente, a gestão. Assim, cabe à administração estruturar formas de gestão que viabilizem os objetivos da organização. Por essa razão, a gestão é apenas um dos conteúdos que dão forma institucional e essência às organizações. Então, podemos concluir que é a gestão e não a organização que caracteriza o objeto e que dá autonomia à administração enquanto um campo próprio do conhecimento.³

Com isso entendido, podemos dizer que as organizações podem ser objetos de pesquisa em administração, mas nunca são objetos que trazem *status* de ciência à administração. Queremos dizer que uma coisa é um objeto de pesquisa e outra, bem diferente, é um objeto da ciência, ou seja, de um campo disciplinar do conhecimento. Assim, as organizações só podem ser objeto de pesquisa, mesmo assim não o são particularmente da administração, mas também da antropologia, da sociologia, da economia, da medicina etc. Além disso, é bom que fique claro que a gestão não está circunscrita ao âmbito das organizações, mas presente na própria natureza, não obstante as leis físicas e biológicas que permitem a compreensão da sua essência e movimento; existe nela uma lógica de organicidade que, se mudada, interrompe o seu movimento, melhor dizendo, o seu ciclo de vida ou seu ciclo de perenidade, enfim, seu ciclo de existência.

³ Com a nossa análise lógica, podemos dizer que os procedimentos da gestão até aqui praticados estão totalmente inadequados, a começar pelo *staff* que assessorava o gestor. Se o que fazemos tem como finalidade o bem-estar, ele está sendo conseguido a um custo bastante elevado. Este é o ponto fundamental a ser considerado.

Como as relações sociais devem convergir em direção à finalidade, que é a sublimação do corpo/alma e da mente/espírito, e isso é perseguido por meio da orientação e da cooperação de diferentes campos da ciência; logo, podemos encontrar nesse espaço o objeto que é próprio da disciplina administração e, assim, apreender a essência do seu papel cooperativo para o alcance do conhecimento e do desenvolvimento do processo cultural e civilizatório, que é o bem-estar pleno da humanidade, libertando-a de ver, na materialidade, o sentido da existência.

Assim, parece não haver mais espaço para a continuação dessa discussão. E como a administração política é responsável pela gestão das relações sociais de produção e distribuição em sua totalidade, e considerando que a organização é um elemento particular das referidas relações e concebida por uma modalidade de administração — a gestão (política) —, não é possível ser a organização objeto do campo do conhecimento denominado administração política.

Por ser a gestão o objeto da administração, tem como propósito organizar as relações sociais de produção e distribuição para um melhor bem-estar da humanidade. Resta-nos saber, agora, qual o método ou quais os métodos que melhor servem àquele propósito. Ao tomar o método como o caminho pelo qual se atinge um determinado objetivo, ou melhor, compreendido como um programa regulador de um conjunto de operações realizáveis, mostrando os erros evitáveis, em vista de um resultado determinado, pensamos a clareza do método que possa melhor servir aos interesses do processo civilizatório da humanidade. Esse método deriva de dois pressupostos, que são antecedentes necessários para a sua distinção e compreensão.

O primeiro pressuposto é que se compreendermos que o processo civilizatório do homem é no sentido de libertá-lo o mais cedo possível da obrigatoriedade de conquistar a materialidade, a finalidade do trabalho humano (este se processa na relação transformadora do homem com a natureza), que administra a construção das relações sociais de produção e de distribuição, deve estar sempre associada à libertação do homem como indivíduo e ao seu bem-estar.

O segundo pressuposto deriva do primeiro: se a finalidade do trabalho é propiciar a liberdade com o maior grau de bem-estar possível, temos que produzir uma filosofia da ciência orientada pela noção de totalidade, não podendo mais ter o desenvolvimento do conhecimento (desenvolvimento das forças produtivas) orientado pela separação do que é um conhecimento puro (científico) do que é considerado um conhecimento aplicado (normativo e prescritivo). Assim, admitindo que esse tenha sido o propósito da humanida-

de (com suas diferentes formas históricas de organização social do trabalho), constata-se que estamos longe do alcance desse propósito e isso decorre de uma trajetória metodológica inadequada.

Quando idealizada (fundamentalmente com a filosofia aristotélica) e finalizada (durante a renascença e o iluminismo), a compreensão da sociedade na transição do feudalismo para o capitalismo (este ainda pouco visível) era de que se vivia nas trevas, numa situação de “*estado de natureza*”. Assim, o estado avançado do desenvolvimento do conhecimento científico e das artes reclamava, então, relações sociais mais civilizadas. Para tanto, era fundamental o estabelecimento de um contrato entre o Estado e os indivíduos (sociedade).

Ficando o Estado como mediador dos “interesses coletivos”, com o contrato social, os indivíduos saíam de uma situação de instabilidade (portanto, situação de “*estado de natureza*”, de barbárie em que o homem lutava contra o próprio homem, em uma guerra permanente) para um estágio de estabilidade. Construídas essas condições de “*harmonia social*”, negócios poderiam prosperar e mais rapidamente (com as repercussões do rápido desenvolvimento da ciência e da tecnologia) proporcionar o bem-estar desejado. Essa noção metodológica é reforçada e levada às últimas consequências, nos últimos 40 anos, quando é reencarnado, de forma canhestra, o ideário do capitalismo liberal, construído nos séculos XVIII e XIX.

A forma/estrutura final desse procedimento metodológico do capitalismo para superar a materialidade e alcançar o estado de bem-estar, seria: superação da instabilidade; estabelecimento de medidas de interesse coletivo (contrato social, arbitrado pelo Estado). Havendo estabilidade nas regras estabelecidas, estariam criadas as condições para a expansão da riqueza social (medida pelos indicadores de investimento, emprego e renda). Alcançando-se sustentabilidade (numa linguagem dos dias atuais) nessa trajetória de expansão, pode-se combinar com uma política de desenvolvimento social (distribuindo-se melhor os resultados do esforço do trabalho coletivo). Havendo sustentabilidade nessa combinação da política de expansão de riqueza com distribuição, pode-se chegar a uma situação de bem-estar social e mantê-la. Estágio em que a humanidade estará se dedicando à contemplação das artes da vida, entre elas o amor.

Embora esse método não seja imanente ao capitalismo, mas para ele é muito conveniente e, por isso, aperfeiçoou-o. Nos tempos de hoje, o seu grande problema é que o objetivo da proposta, a finalidade que justifica o sentido da existência — o bem-estar —, é tratado como uma derivada, um resíduo.

Por ser esse método consagrado há mais de dois séculos, a nossa proposta metodológica para a administração política, aqui, é no sentido de que os termos da equação sejam invertidos, e que seu ponto de partida passe a ser a parte final da proposta que atualmente vigora, da forma que segue: para qualquer nível de renda (PQNR), devemos adotar uma política de distribuição/bem-estar. Depois desse procedimento, é verificado que se a renda social, depois de distribuída de acordo com critérios socialmente aceitos, não for suficiente para superar a materialidade e garantir certo nível de bem-estar, é necessário se implantar uma política econômica de crescimento de modo a expandir a riqueza social para níveis humanitariamente requeridos.

Parece-nos óbvio que essa proposta metodológica seja compreensível a todos, particularmente aqueles que são detentores de riquezas e têm uma perfeita noção da forma que elas chegaram às suas mãos (notadamente aqueles que as herdaram) e, sobretudo, que têm uma preocupação “visceral” em vê-las distribuídas de modo justo, que proporcione a superação da materialidade e a contemplação das artes.

Compreendidos os objetos e método, quais os princípios ou leis gerais deverão ser conhecidos e enunciados previamente, de modo que os desígnios da humanidade possam ser alcançados com menor custo social ou menor intervalo de tempo possível?

Pensamos que o primeiro princípio ou lei geral possa ser assim enunciado: *só construir algo novo, depois de desfrutar plenamente do que já existe.*

A história da humanidade é marcada pelo desperdício e destruição daquilo que fora edificado pelo esforço do trabalho coletivo — ficando mais marcante ainda no contexto do capitalismo. Este desperdício ou destruição do esforço do trabalho coletivo/social está perpetrado tanto no processo de produção (construção da riqueza), quando se desenvolve a noção de que os avanços na expansão do produto se fazem mediante um processo de “destruição/criativa”, dada pelas “ondas de inovações” — veja os trabalhos de John Stuart Hill (*Princípios de economia política*) e Joseph A. Schumpeter (*O ciclo do desenvolvimento econômico*) —, quanto pelo processo mais absoluto e primitivo que é a guerra.

Como adquirimos a consciência de que a existência não tem como finalidade o trabalho interminável para acumular, individualmente, o máximo de riqueza possível — numa luta permanente do homem contra si mesmo — então, deve-se preservar ao máximo o princípio de que “só se deve construir o novo depois de desfrutar previamente do que já existe”. Com isso o custo do trabalho social estará sendo reduzido, aproximando, mais rapidamente, o homem da situação de bem-estar.

Esse é um princípio válido tanto para o trabalho sob a organização do Estado, quanto para aquela fração que está sob a orientação do capital privado. Quanto de desperdício eliminar-se-ia, ou quanto mais de riqueza teríamos, se fosse eliminada a competição “destrutiva e burra” entre os capitais privados? A única possibilidade de expansão do negócio tem que ser, inevitavelmente, um capital destruindo o outro? Se alguém responder que, numa economia de mercado, de decisões descentralizadas, esse é um posicionamento inevitável, podemos concluir que o capitalismo não é a melhor forma de organização social compatível com os desígnios da existência da humanidade.⁴

De igual modo, melhor dizendo, o princípio aplica-se mais adequadamente a favor da situação de produção que está subordinada ao Estado. Não temos a dimensão do quantitativo, uma vez que o trabalho de medição ainda não foi desenvolvido, mas seria extraordinária a diminuição dos custos e também o aumento de bem-estar social. Por exemplo, antes de se construir novas delegacias e quartéis e contratar novos efetivos da segurança, o Estado poderia pôr em uso pleno (com todas as condições de trabalho) as delegacias e quartéis existentes e faria com que o atual efetivo de segurança cumprisse, de acordo com o contrato de trabalho, o expediente. Ou ao invés de construir novas escolas, faria funcionar adequadamente as escolas existentes, inclusive os professores cumprindo o expediente escolar, conforme o contrato de trabalho; ou, ainda, se antes de construir novos hospitais e postos de saúde, faria funcionar de acordo com critérios humanitários os que já existem, conforme o prescrito nas convenções da Organização Mundial de Saúde (OMS), e os médicos, enfermeiros e os demais profissionais de saúde exerçeriam o expediente pautado no contrato de trabalho e no juramento de conduta profissional que fizeram por ocasião da formatura. Essa compreensão pode ser estendida e validada a todos os demais setores de atuação estatal.

Pressupondo que os recursos são escassos e que o desígnio maior da humanidade não é acumular riqueza material — principalmente individualmente —, é uma conclusão lógica que riqueza adicional só deva ser adquirida quando, e somente quando, a riqueza existente estiver em pleno usufruto da humanidade.

O segundo princípio ou lei geral, para melhorar os resultados, pode ser: *para legitimar (integrar) o Projeto da Nação ou outro de qualquer organização/*

⁴ A parte mais expressiva da produção estatal de bens e serviços ocorre porque o capital não tem interesse, por conta da baixa rentabilidade ou por incompetência técnica ou moral. Tal constatação só reforça a conclusão de que o capitalismo não é a melhor forma de organização social compatível com os desígnios da existência da humanidade.

instituição torna-se necessário relativizar a hierarquia dos processos de construí-lo ou edificá-lo.

Esse enunciado revela que, quanto mais hierarquizada for a decisão sobre o que fazer ou como fazer, mais elevados serão os custos de sua implementação, ou seja, mais os resultados vão ficando distante do alcance desejado (o que dá no mesmo). As decisões muito hierarquizadas significam que cada vez menos pessoas participam delas ou têm conhecimento do seu conteúdo ou significado, gerando constrangimento e falta de motivação por parte daqueles que serão responsáveis pela implantação. É importante dizer que quanto mais restrita for a decisão (isto é, quanto mais hierarquizado for o processo decisório) mais próximos estamos de uma decisão equivocada, portanto, mais distante dos interesses da sociedade (quando é um projeto de governo) ou dos acionistas (quando se refere a um projeto privado).⁵

Nesse caso, a administração política envolve tanto o processo decisório do “que fazer”, quanto o relativo ao “como fazer”, que significa viabilizar os meios necessários para construir o projeto da nação ou da organização e implantá-lo. Aí reside a gestão das relações, essência da administração política.

O terceiro princípio ou lei geral diz respeito ao processo de governança do projeto (o que comumente se chama de continuidade administrativa) e suas temporalidades, com o seguinte enunciado: *em vista do resultado determinado, a forma de gestão mais adequada de qualquer projeto (do indivíduo, da organização ou da nação) está condicionada à compreensão da sua temporalidade.*

A administração estuda com tão pouca relevância uma intenção ou propósito que, quase sempre, as causas e consequências do sucesso ou fracasso são atribuídas, de maneira simplificada, a uma concorrência desleal ou a uma genialidade do administrador-chefe (que, normalmente, não é alguém com formação em administração, e sim em economia e engenharia), ou, ainda, às causas e consequências metafísicas: a uma infelicidade ou felicidade divina. Nesse caso, a verdade dos fatos fica para a evidenciação espontânea, ou não, da história.

Isso fica bastante evidente na confusão que se faz entre duas categorias analíticas distintas: temporalidade e continuidade administrativa. A discussão

⁵ O episódio recente de transposição das águas do rio São Francisco é bastante ilustrativo. Um número diminuto de burocratas do governo federal, associados aos interesses de empreiteiras que estão executando as obras de engenharia civil, decidiu que esta é a melhor maneira de equacionar o problema de falta d'água no semiárido nordestino. A maioria dos pesquisadores e especialistas sobre a questão diz exatamente o contrário. Outro exemplo contundente decorre das decisões ocultas de empresas financeiras e não financeiras que as levaram à ruína, produzindo uma crise generalizada, cuja face mais visível é o desemprego de milhões de trabalhadores em todo o mundo.

que se faz, no campo da administração, é que o cumprimento da finalidade encontra obstáculos intransponíveis em razão da descontinuidade (administrativa) no processo de implantação do projeto da nação. Aqui se associa a continuidade a um mesmo governo, cuja mudança (fora de um dado foco técnico-político-ideológico) implica descontinuidade. Ora, essa maneira de pensar é inadequada dentro de uma sociedade democrática e plural, que pressupõe alternância de partidos políticos ou outras formas de organização social do poder. Nesses termos, para que exista continuidade, é preciso pressupor um Estado ditatorial, no qual haja efetiva hegemonia de um único partido que garanta a continuidade de um único governo. Porém, essa não é a tese defendida pelas democracias formais e hegemônicas. Assim, por não ter campo próprio de investigação claramente identificado, a análise administrativa não dá importância a esse fato ou, simplesmente, não percebe que essa forma de pensar a continuidade administrativa não atende aos requisitos básicos da administração política no cumprimento da finalidade social.

Seria necessário, então, compreender a continuidade administrativa a partir da noção de temporalidade que, para o nosso propósito, tem duas dimensões. A primeira, dimensão da temporalidade, é a que aqui denominamos *administrativa, burocrática, normativa* e que está associada ao *mandato do indivíduo* ou partido, eleito pelas regras em vigor, para governar/gerenciar uma empresa, um sindicato, um partido político, uma cidade, uma nação. Findo o mandato, o indivíduo ou partido é obrigado a deixar o comando da instituição, até então sob sua responsabilidade de dirigir, e ser sucedido por outro indivíduo ou partido com as mesmas fundamentações técnicas, políticas e ideológicas ou não.

À outra dimensão da temporalidade, denominamos *teórica*, não está associada ao tempo regulamentar do mandato, mas sim ao tempo técnico necessário para o cumprimento da finalidade, que se expressa no bem-estar pleno da humanidade. Isto é que é fundamental e, nesse sentido, a temporalidade administrativa, burocrática, normativa deve subordinar-se à temporalidade teórica. A alternância no poder de indivíduos, de partidos ou de ideologias não deve perder de vista essa noção de temporalidade e, muito menos, que a dimensão administrativa da temporalidade deva estar sempre subordinada à dimensão teórica.

Sem embargo, tomando a administração como edificadora das formas de gestão que se empreendem para levar a cabo a produção social (responsabilizada no indivíduo, na organização e no Estado), visando ao cumprimento das finalidades da sociedade, o que temos a fazer, fundamentalmente, é de-

envolver esse esforço intelectual para impor rigor científico à compreensão do processo de gestão das relações de produção e distribuição, mediante o aprofundamento das bases de definições conceituais.

IV

Como modo de produção hegemônico, nas formações sociais europeias, o capitalismo surge com a Revolução Industrial, marcada por transformações de ordens científico-tecnológicas, econômicas e sociais e vai se estruturar, sustentar e expandir pela formação de grandes sistemas fabris e por regras contratuais e sistema de sanção definidos preliminarmente pela nova sociedade, através do Estado. Assim, o capitalismo nascia advogando a necessidade de se romper com o absolutismo do monarca e de se estabelecer um poder político que não mais fosse concorrente com os empresários; um poder político com decisões descentralizadas (mercado). Um poder político que não mais organizasse expedições de conquistas e exploração além-mar, mas apenas protegesse o capitalista, para que ele mesmo os organizasse e explorasse — que substituisse a expansão dos mercados por meio das armas pela diplomacia. Enfim, um poder político que garantisse o direito de ir e vir, o direito de possuir e explorar a propriedade privada e garantir o direito à herança.

Nascia, assim, o *laissez-faire*, que passava a guiar a prática dos utilitaristas e o discurso de intelectuais como o Jeremy Bentham, em seu livro *A manual of political economy*. De acordo com Keynes:

A regra geral é que nada deve ser feito ou tentado pelo governo; o lema ou divisa do governo deveria ser: *ficar quieto* (...). A exigência feita pela agricultura, indústria e comércio aos governos é tão modesta e razoável quanto a que Diógenes fez a Alexandre: “sai da minha frente”.

Estavam, assim, criadas as condições para que a doutrina que, em bases divinas, naturais ou científicas, estabelecia que a ação do Estado deveria ser rigorosamente limitada, e que, na medida do possível, a vida econômica deveria ser deixada, sem regulamentos, à aptidão e ao bom senso de cidadãos individualistas, impelidos pela admirável motivação de subir na vida.

Além de estabelecida essa ideologia do Estado mínimo, eram criadas novas bases científicas, a partir do conhecimento que se formava na renascença, no iluminismo e, sobretudo, ao longo do século XIX, com o surgimento de campos do conhecimento especializados e profissionalizados — a exemplo da consagração do direito e das ciências atuariais, a microeconomia determi-

nando, matematicamente, o ponto ótimo do máximo rendimento dos fatores de produção, das engenharias com o surgimento das escolas/institutos politécnicos etc. Houve transformações revolucionárias nas bases gestoriais, tanto no plano macro, à medida que os macrofundamentos da gestão das relações sociais se transferiam do Estado para o âmbito do mercado, de acordo com os interesses soberanos dos capitais individuais, quanto no plano micro, à medida que as corporações passavam a ser orientadas, cada vez mais, por uma racionalidade que ampliava os índices de produtividade e de retornos financeiros dos negócios capitalistas.

Configura-se que as relações de produção e distribuição fossem marcadas/orientadas por tratamento racional, sistemático e especializado de acordo com fundamentos científicos e executados por especialistas treinados. Essas eram as bases do processo de trabalho do Estado moderno e da moderna economia ocidental. Foi um instante de tão expressivo significado transformador que a ele assim Max Weber (1983) se referiu:

país e tempo algum experimentaram jamais, no mesmo sentido que o moderno Ocidente, a absoluta e completa dependência de toda a sua existência, das condições políticas, técnicas e econômicas de sua vida, de uma organização de funcionários especialmente treinados, funcionários técnica, comercial e, acima de tudo, juridicamente treinados, detentores das mais importantes funções cotidianas na vida social.

Com a crise da economia capitalista, que toma todo o último quartel do século XIX, o grau de racionalidade no gerenciamento dos negócios se aprofunda. Embora os princípios básicos fossem preservados — a exemplo da Lei dos Mercados de Say e da Lei das Vantagens Comparativas e da Divisão Internacional do Trabalho de Ricardo —, os estudos econômicos passaram a ser construídos, a partir da empresa individual, com base no cálculo econômico racional e na economia de bem-estar; buscava-se o funcionamento ótimo do sistema econômico. A questão central era: se há uma crise, por que ela não atinge, negativamente, todos os agentes ou setores?

Sem dúvida, os estudos voltados para o entendimento do desenvolvimento continuam sendo feitos — a essência da economia política. Porém, a preocupação central estava direcionada para compreender a competição em condições de mercados imperfeitos, a estrutura e a dinâmica desses mercados, como se formavam as expectativas e as decisões de investir, o comportamento do consumidor (eleitor) etc. Tudo isso visava entender os microfundamentos do sistema, com o objetivo de propiciar-lhe as condições de rendimento máximo.

Esse conhecimento prévio era necessário, mas não suficiente. Era preciso conhecer e desenvolver conteúdos gerenciais no processo de produção, de modo que o trabalho pudesse obter o máximo rendimento (máxima produtividade) possível. Assim, estudar os tempos e os movimentos no processo de trabalho passou a ser a tarefa especializada de um novo campo do conhecimento. Nasce, então, a administração profissional.

É nesse contexto histórico do desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo que surge a administração como um conhecimento cientificamente produzido. Porém, com um caráter fundamentalmente aplicado, portanto, bastante profissional. E os trabalhos seminais originários decorreram, como se sabe, do esforço intelectual de Max Weber e de Frederick Winslow Taylor.

V

Essas condições históricas em que surge a administração vão lhe impor um caráter e uma trajetória bem peculiares. Pelo fato da economia ser um campo de estudos teóricos e analíticos, há mais de um século, cujos estudos microeconômicos decorrem de preocupações em medir e ampliar a eficiência e os resultados dos negócios capitalistas individualizados. A gerência, nessas condições, nasceu, incondicionalmente, sob as prescrições das leis emanadas dos estudos econômicos. Ademais, os primeiros estudos sistematizados que vão dar científicidade a esse campo ocorreram em setores e em organizações que exigiam ferrenho rigor do trabalho no processo de produção: o Exército (com os estudos de Max Weber, na qualidade de oficial do exército alemão) e Frederick Winslow Taylor (na qualidade de engenheiro de produção, em fábricas americanas).

Desse instante em diante, a administração não mais conseguiu ver-se atuando fora dos limites da produção sob a orientação da microeconomia. Daí ser, até hoje, um campo subordinado e com abordagens fundamentalmente prescritivas e funcionais aos interesses do acúmulo de lucros e da expansão dos negócios capitalistas. Todos os estudos administrativos, realizados nos últimos 100 anos, perseguem esse desígnio. Os estudos de natureza relacional e comportamental — e os mais recentes de caráter contingencial — têm flagrante e declarado propósito de aprofundar a subordinação do trabalho ao capital para a extração máxima da mais-valia relativa e absoluta. Não por acaso, são os estudos que surgem em situação de crise aguda do sistema eco-

nômico capitalista — anos 1920 e 1930 e a partir de 1970.⁶ Nessa perspectiva, à medida que se buscava maior racionalidade no processo de trabalho, mais estendida, aí ficando a divisão do trabalho e a hierarquização das tarefas, e mais profunda a subordinação do trabalho ao capital. Esse tem sido o papel secular da administração, da velha e da nova gerência.

É assim que a administração nasce profissionalizada e subordinada. Pela análise da história administrativa é fácil concluir que a administração pouco se pensou responsável pelo observar, explicar, aconselhar, prescrever e dirigir as formas de gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição do conjunto da sociedade. Parece não perceber a dimensão política do seu caráter. Assim, por incompetência daqueles que se dizem responsáveis pelos estudos da administração, a tarefa especulativa no campo da administração política ficou reservada aos economistas que estão fora do *mainstream*, mais por deficiência intelectual e profissional em conseguir espaço no mundo da economia matemática (da economia pura), do que pela aptidão ideológica em construir um pensamento crítico. Assim, fica entendido que as análises que são desenvolvidas por economistas e classificadas como “institucionalistas”, “gerencialistas”, regulacionistas etc., em verdade, são análises administrativas e podem ser enquadradas no campo que denominamos administração política.

Enfim, com a prevalência da economia matemática, a economia política perde rumo — apenas ganha algum *status* (mas sem prevalência maior) nas escolas da periferia capitalista, com as teorias sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento econômico. A sua fragmentação é notada em estudos classificados como “institucionalistas” (novos e velhos), que nas escolas de administração são muito falados, mas não se sabe muito bem o que seja e qual a sua origem; os “gerencialistas” vocacionados para o abstrato, fatalista como o de James Burnham; e os “regulacionistas”, corrente perdida do marxismo francês.

Todo o nosso esforço intelectual desenvolvido neste artigo em vista do resultado determinado em dar *status* de ciência ao campo da administração política nos parece compensado. Ao final do trabalho reflexivo, além de vermos que a administração política tem um campo próprio com objeto de estudo bem definido, vislumbramos, também, que a sua posição na hierarquia dos conhecimentos ou dos campos de estudos seja destacada.

⁶ Certamente que este fato não é uma particularidade inerente às relações sociais de produção do capitalismo. Os bolcheviques importaram essa gerência do capitalismo e vão levar ao extremo a racionalidade no processo de trabalho e da administração (meios) da organização burocrática.

Sendo a filosofia pura ocupada com os estudos de compreensão da realidade em sua totalidade, tendo no homem tema central e inevitável de consideração, inclusive na explicação da existência aprisionada a um trabalho de resultado material, o seu ramo político tem ocupação em encontrar o sentido da existência humana e prescrevê-lo. A administração política, então, tem como ocupação principal a organização e gestão do trabalho humano em sua relação com a natureza e consigo mesmo, com o intuito de libertá-lo num maior grau relativo possível.

Assim, depois dos nossos desígnios orientados pela filosofia, o segundo passo cabe à administração política em criar as melhores formas de gestão a partir dos demais conhecimentos especializados — físico, matemático, sociológico, político, epistemológico etc. — para criar as condições menos onerosas possíveis do desiderato de bem-estar que a humanidade está determinada.

Sendo campo do conhecimento com tamanha relevância, o passo seguinte é, então, nessa perspectiva, produzir uma análise compreensiva da gestão do processo civilizatório e conceber as possibilidades metodológicas que desonerarão o nosso destino.

Referências bibliográficas

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1064.
- KEYNES, John Maynard. *O fim do laissez-faire*. São Paulo: Ática.
- SANTOS, Reginaldo Souza (Org.). *A administração política como campo do conhecimento*. São Paulo, Salvador: Edições Mandacaru, 2004. p. 26-27.
- WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 12-13.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1983.